

Perseguir a utopia, mesmo com a pandemia!

Eduardo HUMBANE⁵¹

Resumo

O ano de 2020 está a ser marcado pela crise sanitária global, provocada pelo coronavírus. A crise perturbou o funcionamento dos países, incluindo na área de educação. No caso de Moçambique as aulas presenciais foram suspensas e, em substituição, se emigrou para o ensino online. No texto, apresentamos uma reflexão, a partir da nossa experiência pessoal enquanto professor universitário, sobre as vicissitudes porque o processo das aulas online passa, o que nos leva a ideia de que podemos ter passado de uma universidade em crise, dada a desigualdade social que caracteriza os seus estudantes, à uma universidade injusta, uma vez que o ensino online veio agravar a situação daqueles que já se encontravam em desvantagem.

Palavras-chaves: ensino online, desigualdades sociais, escola justa

Abstract

The year 2020 is being marked by the global health crisis, caused by the corona virus. The crisis has disrupted the functioning of countries, including in the area of education. In the case of Mozambique, face-to-face classes were suspended and, instead, emigrated to online education. In the text, we present a reflection, based on our personal experience as a professor, about the vicissitudes because the process of online classes passes, which leads us to the idea that we may have passed from a university in crisis, given the inequality social that characterizes its students, an unjust university, since online education has aggravated the situation that were already at a disadvantage.

Keywords: online education, social inequalities, just school

⁵¹Professor de sociologia de educação, na UP-Maputo. Doutor em sociologia de Educação, graduado em ciências de Educacao. Mail: Humb.academia@gmail.com

Introdução

O ano de 2020 está a ser atípico. É um ano em que a pandemia do Covid-19 acabou por determinar novos processos, em praticamente em todas as áreas de actividade, incluindo a educação. Nas linhas que se seguem pretendo reflectir, de forma livre, sem a pretensão de escrever um artigo científico digno desse nome, a partir da minha experiência como professor, na UPM, sobre como tem sido este ano lectivo, marcado pela emigração ao ensino online. Aviso, nesta cogitação irei fazer transparecer o que mais me tocou no plano pessoal, ao nível mesmo de emoções.

Na reflexão irei sugerir que, por um lado, a Covid-19 parece ter posto em evidência a existência, antes do seu surgimento, de desigualdades no seio dos estudantes bem como de fragilidades estruturais na universidade e, por outro, a pandemia exacerbou essas desigualdades, o que nos pode a levar a ideia de que com a ela evoluímos de uma universidade em crise para uma universidade injusta.

1. Contextualização

O ano de 2020 foi (e está) a ser duramente marcado pelo Covid-19, vírus associado a uma doença respiratória, que pode desenvolver quadros graves, originando a morte. E trata-se de uma pandemia que praticamente grassa sobre o mundo global, tendo já ultrapassado a barreira de 22 milhões de infetados e de mais 680 mil mortes⁵². Moçambique, parte do mundo, evidentemente que não é alheio a este quadro, no país já foram já infetadas quase 3 mil pessoas tendo havido 19 óbitos⁵³

A pandemia, contra a qual ainda não há vacina e nem tratamentos específicos, tem um efeito desestabilizador tremendo. Por isso, a ela está associada uma profunda perturbação em praticamente todas as dimensões da vida social, desde o político ao económico, passando pelos sectores sociais. A pandemia do Covid-19, por conseguinte, constitui um verdadeiro desafio para os governos e para as sociedades, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento. Assim

⁵² Fonte: Universidade Johns Hopkins, citado pela <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755> (acesso 19/08/2020)

⁵³ Fonte: <https://covid19.ins.gov.mz/> (acesso 19.08.20)

é porque os países, por um lado, tiveram que pôr em prática todo um conjunto de medidas preventivas para travar o alastramento da doença e, por outro lado, para promover o funcionamento dos diversos sectores, mesmo considerando as enormes perturbações advindas com a pandemia.

No caso de Moçambique, no esforço do país para fazer face aos desafios originados pela pandemia, foi aprovado no mês de março de 2020 o Decreto Presidencial n.º 11/2020, que determina o estado de emergência. O decreto, no seu artigo 03, sobre limitação de direitos, liberdades e garantias, postula:

c) suspensão das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário; d) proibição de realização de eventos públicos e privados, como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas e de qualquer outra índole, exceptuando questões inadiáveis do Estado ou sociais...

Este quadro legal, sem nenhuma espécie de aviso prévio, encontrou desprevenidos todos os actores que intervém no ensino, desde gestores, professores, estudantes e suas respetivas famílias. Gerou-se uma situação de dúvida e incertezas sobre como prosseguir, sobre como ir para frente.

Particularmente no tange ao ensino superior, lugar a partir do qual relatamos a nossa experiência, como forma de fazer face a conjuntura caracterizada pela pandemia e a suspensão de aulas presenciais, o governo, imediatamente a seguir à aprovação do decreto presidencial, através e do Ministério do Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP)⁵⁴ de forma bastante enfática, passa a fazer a apologia ao uso de recursos digitais, como um paliativo à suspensão das aulas presenciais. Veja-se o ofício número 169MCTESTP/GM2020:

⁵⁴ O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano usou a mesma abordagem para o ensino geral, sobretudo para o nível secundário.

No âmbito dos efeitos da pandemia do corona vírus, sua Ex cia Presidente República de Moçambique orientou no dia 20 de Marco de 2020 sobre o reforço das medidas de prevenção (...). Dentre varias medidas anunciadas, determinou-se o encerramento das escolas do nível primário ate ao superior, públicas e privadas e bem como a suspensão de todos os eventos de carácter social de mais de 50 pessoas (...) neste contexto, o Ministério do Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional exorta a todas as instituições a do ensino superior e técnico profissional, publicas, semipúblicos e privadas para observância estrita das orientações anunciadas, do seguinte modo:

1. (...)
2. Elaborar um plano de recuperação de aulas e monitorar a sua execução
3. Conceber um plano de actividade para ocupação de estudantes e formandos durante os 30 dias, com recurso a TICs (e-mail, WhatsApp, Skype, Google classroom e outras plataformas digitais)

Assim, nas instituições de ensino superior (IEs) assiste-se a apropriação e reprodução deste discurso e, consequentemente, surge toda uma dinâmica com vista a que efetivamente o processo de ensino e aprendizagem (PEA) passe a efectivar-se a partir do recurso as TICs, numa base online /ou à distancia.

2. Aulas nas plataformas: os nós de estrangulamentos

Entretanto esta opção não é feita sem controvérsia e inquietações na sociedade em geral e em círculos mais restritos. Por exemplo da UNESCO⁵⁵ vê grandes preocupações o recurso ao ensino online. De acordo com a organização, a crise de saúde causada pela COVID-19 resultou no fechamento de escolas e universidades, afectando mais de 90% dos estudantes do mundo inteiro. Todavia, para a diretora-geral da UNESCO, Audrey AZOULAY, “o ensino à distância online não pode ser a única solução, pois ela tende a exacerbar as desigualdades já existentes, que são parcialmente niveladas nos ambientes escolares”⁵⁶. No mesmo diapasão encontra-se

⁵⁵ Unesco é a sigla para Organização (ou agência) das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Ela tem com o objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações

⁵⁶Fonte: <https://nacoesunidas.org/comissao-futuros-da-educacao-recomenda-planejamento-para-reduzir-desigualdades-apos-covid-19/>

Sahle-Work ZEWDE, presidente da Etiópia, que na qualidade de presidente da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação (CIFE), da UNESCO, afirmou:

Devido ao fecho generalizado das escolas em todo o mundo, a pandemia representa um risco significativo para o direito à educação. Centenas de milhões de estudantes que exerciam esse direito à educação, indo à escola, tiveram de encontrar outras maneiras de aceder à educação formal. A mudança para o ensino à distância veio agravar as desigualdades existentes. **Pouquíssimos estudantes, no mundo, conseguem continuar a aprender porque não têm acesso a um computador ou smartphone. Para os poucos estudantes que possuem esses dispositivos, podem também não ter formas de aceder aos recursos educativos online — seja pelo custo, localização geográfica ou por ambas as razões⁵⁷** (grifo nosso)

Estas apreensões fazem eco no nosso contexto. De facto, o quadro com que as universidades se viram submersas, as aulas online à distância, pensamos, veio pôr a descoberto, as fragilidades já existentes. Primeiro ficou denotada a ausência de uma cultura do uso das TICs nos processos pedagógicos. Estes, efectivamente, (antes da pandemia) continuavam grandemente a decorrer a partir da interação física, em sala de aula⁵⁸. As actividades independentes, normalmente pesquisas que os estudantes fazem, são apresentadas em sala de aula. De forma geral, portanto, não se assistia ao uso massivo e consequente das TICs pelos professores, como um recurso para viabilizar o PEA.

Em suma, em termos de uso de recursos tecnológicos para potenciar o ensino, somos uma universidade ainda bastante conservadora. Me parece, dois tipos de razões explicam a “resistência” de parte da classe docente em abraçar o ensino baseado nas TICs. Uns resistem por razões de ordem “ideológica” e outros por razões de ordem prática. Os primeiros são cépticos a um ensino, online ou não, à distância. Para eles, o PEA sem a riqueza da interação

⁵⁷Entrevista em <https://www.publico.pt/2020/06/19/impar/entrevista/ensino-distancia-veio-exacerbar-desigualdades-existentes-1921245>. Acesso em 13 de Agosto de 2020.

⁵⁸ Entretanto importa clarificar que no caso da UPM existem alguns (poucos) cursos que são oferecidos na modalidade EaD e, evidentemente que os professores que actuam nesses cursos e os alunos neles inscritos possuem cultura e habilidades de uso dos artefactos inerentes ao EaD.

humana em presença não funciona, mais ainda, desconfiam que a crescente opção pelo Ensino a Distancia (EaD) se enquadra na lógica neoliberal de menor investimento em áreas sociais, incluindo a educação. Em relação as razões práticas, há professores com dificuldade em aprenderem de novo, sobretudo quando está em causa aprenderem novos saberes profissionais, que passam por manuseio de artefactos tecnológicos, que não deixam de ter a sua complexidade.

Segundo, e relacionado com o ponto anterior, ficou quanto a nós demonstrada a ausência de uma estrutura tecnológica nas universidades, suficientemente robusta, para suportar o uso das tecnologias já referidas, no PEA. As universidades de forma geral não dispõem de salas de aulas virtuais funcionais. Não dispõem de internet de boa qualidade e aberta à todos, em todos os cantos dos seus campi. Não estão disponíveis salas de informática/laboratórios suficientes onde, necessitando, os estudantes possam ter acesso a um computador com internet, com qualidade aceitável.

Mas há mais. Uma pandemia com as características da Covid 19 necessariamente gera quadros psicológicos complicados. Assim é porque a mudança repentina e drástica de rotinas pessoais e colectivas, o termos que lidar com um vírus que literalmente “paira no ar”, o sermos fustigados diariamente com notícias de mortes e doentes, sintomáticos ou não, próximos ou distantes, gera stress, angustia, medo, etc.

Entretanto juntou-se a este quadro mais geral outros elementos stressores, mais internos ao sistema educacional. Veja-se que estudantes inscritos para estudarem no regime regular, diurno ou nocturno, se viram impelidos a emigrarem para o ensino online⁵⁹. O mesmo é válido para docentes, cujos contratos são para actuarem em aulas presenciais mas, igualmente, tiveram que emigrar o ensino online. E veja-se que parte deles sem know-how suficiente para o efeito⁶⁰.

⁵⁹ Há no nosso país uma discussão jurídica muito intensa sobre se não configura ilegalidade a emigração não negociada de uma modalidade para outra. A discussão fica ainda mais acesa quando se trata de alunos do regime pós-laboral, que pagam mensalidades. Defendem certos círculos, eles pagaram um produto, mas se lhes está a oferecer outro. Veja-se que particularmente no que tange ao Ensino Secundário, há muitos casos nos tribunais sobre esta matérias.

⁶⁰ Felizmente várias universidades muita rapidamente deram capacitações aos seus docentes para que estivessem à altura do desafio de ministrar aulas a partir das plataformas digitais de ensino.

Entretanto o que realmente parece ter elevado o stress das comunidades académicas foi que este processo ocorreu num quadro de emergência, ou seja, embora no plano teórico se possa argumentar que era possível fazer um processo mais dialogado ou negociado, o quadro de emergência derivada de uma crise sanitária não abria muitas possibilidades para o efeito. Era preciso encontrar saídas. Ir para frente!

A universidade, já sugerimos, tem que ser vista como parte de um todo, da sociedade. Os estudantes vêm da sociedade. Uma sociedade com níveis consideráveis de pobreza, portanto caracterizada por forte desigualdade social, naturalmente vai gerar estudantes com dificuldades económicas e sociais. A emigração que teve que ser feita para o online passou a exigir recursos aos estudantes, como internet ou “megas”⁶¹, *smartphones*, computador, etc. meios de que parte consideram deles está desprovida dada a sua condição socioeconómica⁶².

Mas não é só a posse dos meios que conta. A familiaridade e a consequente habilidade no manuseio de recursos como *smartphones*, computador, Internet, salas virtuais, etc. são fundamentais. Observamos, claramente, estudantes numa situação de desvantagem competitiva por comparação a outros pares seus, mais à vontade com estes artefactos.

3. A utopia do ensino online

Dioniso TUMBO é professor da UPM e especialista em EaD. Solicitado a pronunciar-se sobre o que se assiste nas nossas universidades no que tange à emigração do presencial para o online, no contexto da pandemia, levanta preocupações de forma foi bastante incisiva:

⁶¹ Houve um certo esforço, bastante meritório do governo moçambicano em negociar com algumas operadoras que oferecem estes serviços, mas, mesmo assim os custos continuam a ter grande impactos nos usuários.

⁶² Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.gov.mz), em Moçambique, em termos globais, têm celular 30.8% dos homens e 22.4% das mulheres. Têm acesso a internet 8.1% dos homens e 5.3% das mulheres. Têm computador 5.8% dos homens e 3.1% das mulheres. E apenas 22% das residências tem energia elétrica.

Este novo cenário sociotécnico, já típico do fenómeno da cibercultura, parece-nos ainda uma utopia para ser generalizado em Moçambique, mesmo para o caso de Ensino Superior que optou pela distribuição e mediatização de conteúdos no ciberespaço, através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (Plataformas Moodle, Google Classroom, Zoom, Skype e Google meeting, WhatsAAp entre outros). Dizemos ser uma utopia devido à prevalência de várias variáveis com forte constrangimento, a exemplo da divisão digital primária (associada à posse de dispositivos de informática e das telecomunicações) e à divisão digital secundária (referente à literacia digital necessária para operar com e no digital através dos artefactos da cultura digital), bem como o custo dos equipamentos, a potência e índice de penetração da Internet⁶³

Tumbo refere ser utópica a ideia de uma emigração do modelo de aulas presencial para o online, actualmente em Moçambique, devido ao que designou de variáveis com forte constrangimento, como a (não) posse de dispositivos de informática e das telecomunicações, a (falta de) literacia digital necessária para operar com os artefactos da cultura digital, aos custos dos equipamentos, a (fraca) potência e o (baixo) índice de penetração da Internet.

As inquietações vindas dos círculos sociais e académicos com esta emigração, parecem fazer sentido no caso de Moçambique. Efectivamente os elementos discutidos acima, parecem sugerir que realmente a pandemia não só desvelou as desigualdades sociais na educação, que o ensino presencial de alguma forma nivela, como sobretudo pode ter contribuído para a exacerbação dessas mesmas desigualdades.

Em boa verdade percebemos que, por um lado, as aulas online foram excludentes e por outro, em termos de qualidade de ensino, ao que tudo indica, os resultados são modestos. Primeiro, sobre a exclusão, percebemos que muitos estudantes oriundos da classe popular não possuem

⁶³ Entrevista em: <https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/46242/desafios-da-educacao-a-distancia-e-e-learning-em-mocambique-um-somnio-possivel>. Acesso em 09 de Agosto de 2020.

os recursos indispensáveis para acompanhar as aulas, como *smartphones*, computadores e internet e com a imposição do distanciamento social deixaram de poder fazer recurso às suas redes de relações sociais para contornarem a dificuldade. Logo, parte considerável deles não teve possibilidade de acompanhar com alguma estabilidade o processo pedagógico ocorrido, nas diversas plataformas, por estar desprovida de meios. Não se puderam beneficiar em pé de igualdade com aqueles que possuíam estes recursos.

Agravou este quadro o facto de que numa economia com as características da nossa, o sector informal representa uma fonte fundamental na obtenção de renda. Entretanto, com a pandemia (restrição de contacto social) este sector foi dos mais afectados, o que reduziu ainda mais a parca renda dos estudantes suas famílias.

O WhatsApp, curiosamente foi uma das plataformas mais usados nos processos pedagógicos⁶⁴. E trata-se de uma plataforma privada não concebida para o ensino. Entretanto a combinação de fatores como a falta de cultura de uso de plataformas digitais de ensino, a falta de salas virtuais funcionais, a rapidez com que se teve que passar ao ensino online e num cenário de emergência, etc. fez com que em termos práticos, dada a sua relativa massificação, o WhatsApp efectivamente emergisse como a plataforma salvadora, que realmente acabou garantido a comunicação entre os estudantes e professores.

Entretanto, o WhatsApp não passa de um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*. Embora seja verdadeiro que ele permite formar grupos, partilhar textos, fotos, vídeos, etc. também é sincero afirmar que ela não foi concebida para fins pedagógicos, não tendo os recursos e as impressionantes valências que as plataformas digitais de ensino possuem.

Assim, é legitimo questionar se as “aulas” realizadas nestas plataformas, no contexto de ensino superior, tenham possibilidade de alcançar os objetivos pedagógicos pretendidos. Entretanto,

⁶⁴ Levantamentos feitos na UPM mostram que a esmagadora maioria de turmas usou o WhatsApp, nalguns casos combinado com o email, para garantir o PEA. Plataformas como moodle, Google classrom, zoom, etc. foram usadas mas de forma bastante reduzida.

de forma geral, pelas universidades, ainda corre o primeiro semestre. Só posteriormente poderá ser feita uma avaliação com carácter mais conclusiva a respeito da qualidade de aprendizagem.

No parágrafo anterior colocamos aspas no termo aulas. Tal não é por acaso. Neste processo sempre houve uma certa ambiguidade sobre o que era suposto realmente ocorrer nas plataformas. Veja-se que no ofício nr. 169MCTESTP/GM2020 as IEs são orientadas a “Conceber um plano de actividade para ocupação de estudantes (...), com recurso a TICs (e-mail, WhatsApp, Skype, Google classroom e outras plataformas digitais). A própria Ministra de Educação numa intervenção no parlamento, causando algum espanto em vários círculos, explicitou que “as aulas transmitidas pelos canais de rádio e televisão e outras plataformas identificadas, servem apenas para ocupar os estudantes e consolidar os conhecimentos adquiridos antes do encerramento das escoas”⁶⁵

Num contexto ambíguo como este e considerando que os professores perceberam tanto as suas dificuldades como as dos seus estudantes, eles tiveram que significar estas aulas ou actividades pedagógicas. Uns as entenderam como “aulas normais”, consequentemente, procuraram seguir à risca os seus planos analíticos anteriormente elaborados e, inclusivamente, introduziram matéria nova, avaliaram e classificaram estudantes.

Outros professores tiveram um entendimento mais comedido ou cauteloso. Se aproximaram mais da ideia de “ocupar os estudantes”. Nesta perspectiva, flexibilizaram seus planos analíticos e procuraram consolidar matérias já dadas, introduziram novos conteúdos de forma apenas introdutória, passe o pleonัsmo, procuraram desenvolver competência nos estudantes para melhor se protegessem da pandemia, etc. Se avaliaram, não foi com carácter sumativo, mas formativo. Em suma, fizeram das aulas um recurso que os estudantes poderiam ter, assim que se retomasse às aulas presenciais.

De uma coisa, entretanto, penso, pelo menos, foi possível perceber: as “aulas” nos WhatsApp não geraram entusiasmo. Não trouxeram uma dinâmica pedagógica e académica notável. Pelo

⁶⁵ Noticia em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Aulas-e-fichas-pelas-plataformas-digitais-nao-sao-abrangentes-e-nao-serao-alvo-de-avaliacao-Ministra-da-Educacao>. Acesso a 01 de agosto de 2020.

contrário gradualmente foi esmorecendo o nível de participação. Gerou-se uma situação de cansaço e de frustração. Tanto de estudantes como de professores.

4. Da universidade em crise à universidade injusta

Será que este quadro da pandemia que levou as universidades a uma emigração em direção a um ensino online, nos fez sair de uma universidade em crise à universidade injusta? Terminaremos este relato de experiência tentando, ainda que de forma introdutória, responder a esta questão.

Vamos suportar a nossa reflexão num sociólogo francês contemporâneo, François Dubet, que escreveu um conhecido ensaio denominado “O que é uma escola justa?”. Trata-se de um texto pensado a partir da realidade escolar francesa, contudo, mesmo assim, pensamos, que o mesmo possui valor analítico para a reflexão que nos propomos fazer.

Falar sobre o que é “justo” ou que é a “justiça”, suscita clamorosos e intermináveis debates. Assim é porque cada um de nós percebe estes termos a partir dos seus pertencimentos teóricos, ideológicos, religiosos etc. Não por acaso, o próprio Dubet alerta que “o desejo de justiça escolar é indiscutível, mas a definição do que seria uma escola Justa é das mais complexas, ou mesmo das mais ambíguas, pois podemos definir justiça de diferentes maneiras”. Dubet (2004, p. 540)

Mas, seja como for, discutir sobre justiça na escola é relevante e assim é porque

Ao contrário das sociedades aristocráticas que priorizavam o nascimento e não o mérito, as sociedades democráticas escolheram convictamente o mérito como um princípio essencial de justiça: **a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu trabalho e de suas qualidades.** (DUBET 2004, p. 541) (grifo nosso)

Portanto, no autor percebemos que o ideal com o qual os sistemas educativos contemporâneos trabalham é que na escola ocorre uma competição meritocrática, quer dizer, qualquer aluno em

função do seu trabalho e suas qualidades pessoais tem garantido o sucesso. Portanto, a sua origem social, isto é se originário de uma família rica ou pobre, se de “sangue azul” ou não, não conta, não determina sucesso.

Todavia o próprio Dubet (2004) é bastante céptimo em relação a celebrada democracia e meritocracia nas escolas. Sustenta, a universalização do acesso à educação (a chamada escola de massas), que efectivamente ocorreu na generalidade dos países, incluindo Moçambique, não implicou necessariamente a democratização da escola, no sentido de todos os alunos têm possibilidade de se beneficiarem da mesma de forma significativa.

Bem pelo contrário, nos encontramos numa sociedade capitalista que necessariamente gera desigualdade social e esta se faz sentir no espaço escolar. Em Dubet (2004) portanto, compreendemos que se do ponto de vista do acesso, se pode realmente falar de igualdade e justiça, o mesmo já é questionável no que tange a possibilidade igual, para todos, de permanência e de sucesso escolar.

... quando adotamos o ideal de competição justa e formalmente pura, os “vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, a priori, todas as chances para ter sucesso como os outros (...) (DUBET 2004, p. 542)

Este é outro elemento importante. Dada a celebração da democracia e do mérito na escola, o sistema escolar está montado de um modo tal que os alunos com maus resultados, que reprovam e/ou desistem, aqueles a quem Dubet chama de “vencidos” imputem o seu fracasso exclusivamente a si próprios. Não o percebem como um fenómeno social cujas explicações estão necessariamente na sociedade. Eles não percebem o seu fracasso como tendo determinantes sociais. E isto tem consequências. O sociólogo esclarece

a seu ver, a escola meritocrática atraiu-os para uma competição da qual foram excluídos; eles acreditaram na vitória e na igualdade de oportunidades e descobrem suas fraquezas, sem o consolo de poder atribuir o fato

às desigualdades sociais, das quais não são mais diretamente vítimas. (DUBET 2004, p. 542)

Nos parece, vimos um processo semelhante a este nas nossas universidades. Com efeito, a universidade pública no nosso país, é fortemente demandadas por estudantes das classes média baixa e da classe popular. Estes estudantes, na sua maioria, mesmo antes da pandemia já estavam numa situação de crise, já tinham dificuldades económicas, que certamente prejudicavam a sua performance académica, dada, entre outras, a dificuldade no pagamento de propinas/mensalidades, de transporte de e para a universidade, na aquisição de livros, nas fotocópias, na compra de refeições, pouco tempo para se dedicar aos estudos uma vez que têm que obter renda ou para si ou para comparticipar no orçamento familiar, etc.

Com a pandemia o “fardo ficou ainda mais pesado”, eles passaram a ter que ser portadores de *smartphones*⁶⁶ ou computadores e a terem que ter disponibilidade de internet ou “megas”, como comumente se diz, como condição para participar nas aulas nas plataformas. Em relação a internet não importa apenas possuir “megas”, é importante residir numa região em que o seu sinal tem qualidade aceitável, o que nem sempre é o caso, sobretudo nas zonas periurbanas e suburbanas.

Interessante a expressão que Dubet usa para descrever alunos que fracassam, “vencidos”. Vimos realmente altos níveis de frustração em alguns estudantes motivados que, por falta de meios para participarem das aulas com uma certa estabilidade, tiveram que resignar. Foram realmente vencidos pelas circunstâncias.

Portanto, a ideia de que todos alunos tiveram as mesmas possibilidades de sucesso nas aulas online, nas plataformas, parece de difícil sustentação. Como sugere a UNESCO, o ensino online tende a exacerbar as desigualdades já existentes, que o ambiente escolar até parcialmente nivela. Realmente, estes estudantes, embora oriundos de classes populares, sonharam frequentar um curso superior com sucesso, mas com a pandemia, por causa da sua condição socioeconómica, viram seus sonhos perturbados. Provavelmente, de forma temporária

⁶⁶ Grande parte de estudantes usa celulares de baixa gama, vulgarmente designados de “bombeiros”.

conquanto a pandemia dê tréguas. Mas nada é garantido. Hoje já se diz que a pandemia veio para ficar, que vamos embarcar num *novo normal* que em termos de educação vai se expressar num ensino híbrido...

Terminamos a nossa reflexão com uma questão, que nos parece pertinente: havia alternativa ao ensino online? Penso que a esta questão tem que necessariamente se ligar outra: a haver o imperativo de abraçar novas abordagens de ensino, devido, no caso, a uma crise sanitária, o ónus teria que ir para o estudante? Pensamos que não. Até para fazer valer o ideal de meritocracia que caracteriza as instituições escolares nas sociedades democráticas modernas, em que nos encontramos, como pontuou Dubet (2004). Uma escola em que é apenas o trabalho e as qualidades do estudante que garantem o seu sucesso, é uma utopia. Mas uma utopia necessária. Uma utopia a perseguir. Uma utopia a defender!

Referencias bibliográficas

DUBET, François. *O que é uma escola justa?* Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004

República de Moçambique, Boletim da República: Decreto-Presidencial que declara o estado de emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional. In: Boletim da República, 11/2020 de 30 de Marco de 2020

Ministério do Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional. *Ofício nr. 169MCTESTP/GM2020, sobre Medidas de Prevenção da pandemia do Corona Vírus nas instituições de ensino superior e e técnico profissional.* 06 Abril de 2020